

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 34 - ANO 4 - NOVEMBRO DE 1997



**CORREDORES
ECOLÓGICOS:
PROBLEMAS
DE DESENHO**



**BRASÍLIA TEM
MENOS MORTES
NO TRÂNSITO**

**RESERVA
AMEAÇADA
EM GOIÁS**

**FUNAI TEM
CORTE NO
ORÇAMENTO**

**QUEIMADAS
AUMENTAM
NA AMAZÔNIA**

2 Funai tem corte no orçamento

Cartas

3 Projeto indígena sofre boicote no Amapá

4 Museu do Descobrimento será em terra indígena

5 Menos mortes no trânsito de Brasília

6 Alta Costura PD/A tem primeira avaliação

7 Reserva ameaçada em Goiás

8 Governo propõe corredores ecológicos

9 Coluna *ponto Doc*

10 Aumentam queimadas na Amazônia

11 Nogueira Neto: o grande criador das unidades de conservação

12 Livro Ticuna mostra valor da floresta
Agenda

ERRATA: A edição nº 33 saiu com a data de capa errada. O correto é outubro de 1997.

FECHAMENTO
DESTA EDIÇÃO
29/10/97

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

DEMARCAÇÕES: ORÇAMENTO ZERO

MÁRCIO SANTILLI

Corte na Funai foi superior a 50%

O governo federal chegou ao requinte máximo: o projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso Nacional, no que se refere ao orçamento da Funai, prevê zero reais para identificação e demarcação das terras indígenas. O único recurso disponível para esse fim será o repassado pela cooperação alemã através do PPTAL, parte indígena do PP-G7.

Isto significa, para o governo brasileiro, que a existência de programas de cooperação internacional pode ensinar o descompromisso do Tesouro Nacional com as suas responsabilidades, no caso constitucionais, frente aos segmentos mais excluídos da nossa sociedade. Significa, também, que os índios brasileiros que vivem fora da Amazônia Legal (40% do total da população indígena do país), região atendida pelo PPTAL, não verão em 98 a continuidade do processo de demarcação das suas terras.

Os cortes orçamentários incidem sobre o orçamento de vários órgãos. As rubricas orçamentárias mais afetadas são as que se referem à categoria "projetos", como é o caso das demarcações. "Projetos" na área ambiental, referidos no orçamento do Ibama, também foram sacrificados. Para o setor de saúde, os cortes chegam a 1,3 bilhão em relação a 97, mas, nesse caso, o Congresso promete reagir. O Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração da proposta orçamentária, assume que a prioridade do governo para 98 é o conjunto de obras e de outros projetos que constitui o programa "Brasil em Ação".

SEM INVESTIMENTO

No caso da Funai, a proposta orçamentária destina apenas 30 milhões para custeio e investimento (tudo o que não é folha de pagamentos ou precatórios judiciais), menos da metade do destinado em 97. A área econômica justifica: nove fora os "projetos", os demais cortes se basearam na diferença projetada em 97 entre os orçamentos nominais e os efetivamente executados pelos órgãos. Ou seja, teriam apenas consagrados os valores reais correspondentes à capacidade efetivamente demonstrada pelos órgãos para executar os seus orçamentos. O pressuposto é que, ainda que fossem destinados maiores recursos, os órgãos não teriam capacidade de gastá-los.

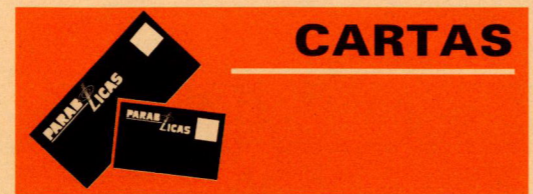
A Funai contesta: a projeção dos valores efetivamente executados em 97 teria se baseado nos números do primeiro semestre. As identificações e demarcações de terras indígenas, por exemplo, teriam sido deflagradas a partir de julho, estando atualmente já empenhada a totalidade dos recursos que haviam sido destinados para este fim, não deixando claro se esta "totalidade" se refere aos recursos do PPTAL ou se incluem os oriundos do Tesouro. Explica que os recursos para a questão fundiária que acabaram devolvidos ao Tesouro em 96 - e os que eventualmente

venham a ser devolvidos em 97 - não puderam ser utilizados em decorrência dos atrasos sofridos no processo demarcatório com a mudança da sistemática administrativa imposta pela edição do decreto 1775/96.

No entanto, a área econômica afirma dispor de dados que indicam queda nos níveis de execução orçamentária da Funai a partir de 95. Alega que o tratamento dado ao órgão não difere dos demais e que o combate ao déficit público impõe orçamentos realistas. Alega, ainda, que o governo tem o dever de fixar as suas prioridades orçamentárias, que podem e devem variar de ano para ano, segundo as ênfases exigidas pela situação nacional. E, como se sabe, a ênfase para 98 é eleitoral.

Se mantidos os atuais valores (que, provavelmente, sofrerão pouca alteração no Congresso), o horizonte orçamentário para a Funai será dramático. Os cortes incidirão sobre o pouco que ainda chegava às finalidades do órgão (às aldeias): 78% a menos no setor fundiário (só haverá recursos para pagamentos de indenizações), 62% em fomento às atividades produtivas, 57% para vigilância e fiscalização.

Neste quadro, ressurgem as especulações de que haveria uma decisão de governo quanto à extinção da Funai. O orçamento seria o sinal: com menos de 50% para custeio e investimentos, a Funai estaria paralisada em julho. Mas é estranho que o governo, já tendo tido oportunidade de encaminhar soluções para a política indigenista ao longo do seu mandato, resolva detonar o órgão na abertura de uma campanha eleitoral. ☒



CARTAS

TEORIAS CONSPIRATÓRIAS

Recebi o relatório *A Grande Hidrovia* produzido pela EIR, sujeito do artigo *A Grande Bobagem* (Parabólicas 32, setembro/97). Caso vocês não tenham o livro *Green Backlash*, mando alguns extratos que se referem à EIR e ao seu fundador, Lyndon Larouche - pessoa de extrema direita, completamente louco e cheio de *conspiracy theories*. O livro foi escrito por Andrew Rowell, que trabalhava no Greenpeace e agora é assessor dessa ONG. Ele sabe bem como Larouche tentou desestabilizar o Greenpeace e o movimento ambientalista.

Fiona Watson, *Survival International*,
Londres (Inglaterra)

ESCREVA PARA: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL OU
HTTP://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PARABOLICAS

PROJETO WAIÁPI: BOICOTE ABERTO

Coalizão de interesses menores bloqueia iniciativas indígenas, em parceria com ONG, no Amapá

Um dos mais inovadores projetos de gestão pelos índios dos recursos naturais existentes em suas terras está sob fogo cerrado da burocracia. Funai, Ibama e até o Ministério Público Federal (MPF) no Amapá estão se opondo a um projeto dos índios Waiápi. Apoiado pelo CTI, Centro de Trabalho Indigenista, o projeto visa a recuperação de áreas degradadas por garimpeiros que, em anos passados, invadiram e exploraram ilegalmente o ouro existente no território indígena.

O projeto, financiado pelo PDA, componente do PP-G7 que apóia projetos de associações civis, consiste na limpeza e na recuperação da terra em áreas anteriormente degradadas pelo garimpo, através de uma técnica que permite a retirada do mercúrio, o aproveitamento do resto de ouro desperdiçado pelos garimpeiros e o posterior reflorestamento dessas áreas com espécies nativas utilizadas pelos índios, como a pupunha. O mercúrio e o ouro retirados serão comercializados pelos índios, através da APINA, a associação que os representa.

Porém, o projeto se viu envolvido em batalhas e polêmicas de várias ordens. Primeiro com os garimpeiros, expulsos pelos índios das suas terras e que, desde então, mobilizam a sua influência política local para criar condições para reinvidar a terra indígena. Os Waiápi, após a expulsão dos garimpeiros, ocuparam alguns dos barrancos abandonados e passaram eles próprios a desenvolver atividades de garimpo em baixa escala, sem a utilização de mercúrio.

MISSIONÁRIOS

Também os missionários das Novas Tribos se instalaram em uma das aldeias Waiápi e, na ausência de assistência por parte da Funai, passaram a desenvolver

serviços de saúde e trabalhos catequéticos que provocaram fortes impactos culturais nesse grupo Waiápi, divisões internas na aldeia e revolta entre os índios das outras aldeias. Expulsos pela Funai, os missionários criaram uma estratégia para detonar o CTI e, por consequência, os projetos dos Waiápi.

O procurador da República abriu um inquérito, recusou-se a receber os índios e pressionou informalmente o Ministério do Meio Ambiente para impedir a aprovação pelo PDA dos recursos para o Projeto Waiápi. Mesmo questionado pelos seus pares de Brasília, que integram a Sexta Câmara do MPF, ingressou com ação civil pública na Justiça Federal e obteve liminar que paralisou provisoriamente a execução do projeto.

A Administração Regional da Funai em Macapá também viu no projeto uma ameaça à sua própria existência. Em parceria com o CTI, os Waiápi já haviam desenvolvido um projeto de auto-demarcação e já tinham praticamente aprovado outro projeto para a fiscalização e vigilância do seu território, ambos com recursos da cooperação alemã. A iniciativa dos Waiápi de se autonomizarem economicamente esvaziaria as funções da Funai local, que já não tem qualquer influência sobre os demais índios do Amapá, que vivem na região do Oiapoque e são muito bem organizados.

PLANTIO DE ROÇAS

Inconformados, os funcionários locais da Funai, apoiados por outros de Brasília, passaram a corroborar falsas suspeitas de que o objetivo do CTI seria dele próprio desenvolver atividades de garimpo e se apropriar do ouro dos Waiápi. Apesar do ridículo, os esforços de criminalização do proje-

QUEM SÃO OS ENVOLVIDOS

Os Waiápi são um grupo indígena de língua Tupi, habitante das florestas tropicais do interior do Amapá, contatado compulsoriamente pela Funai, em 1973, por força da construção da Perimetral Norte (BR-210). Oriundos da margem direita do rio Amazonas, os Waiápi iniciaram, no século XVIII, um movimento migratório que os conduziu à região que ocupam atualmente.

O CTI, uma organização civil sem fins lucrativos, criada em 1979 e sediada em São Paulo, iniciou várias atividades de apoio aos Waiápi em 1991, valendo-se da experiência acumulada pela antropóloga Dominique Gallois, professora da Universidade de São Paulo, que realiza pesquisa entre esses índios desde 1978. Depois de sucessivos obstáculos para obter o reconhecimento oficial da área, em 1991 o Ministério da Justiça declarou a área como de posse permanente indígena, determinando sua demarcação.

Sob a alegação de falta de recursos, a demarcação teve que esperar até 1994, quando foi formalizado um convênio entre a GTZ (Agência de Cooperação Técnica Alemã) e o CTI para financiar a demarcação física da área. A autodemarcação da Terra Waiápi foi executada ao longo de 1995 e 96 e sua homologação, com 607 mil hectares, foi assinada em 23 de maio de 1996. Os Waiápi totalizam, hoje, cerca de 520 índios.

to tiveram repercussão na imprensa e até na Câmara dos Deputados, onde o deputado Antonio Feijão (PSDB-AP), empresário de garimpo, não economizou retórica contra o projeto, chegando a solicitar ao Ministro do Meio Ambiente o cancelamento do financiamento ao mesmo.

Até o Ibama local realizou uma vistoria aérea na área para "comprovar" uma denúncia da Funai de que o CTI teria aberto uma pista clandestina para proceder à exploração do ouro. A abertura que havia, feita a pedido dos próprios índios, visava o plantio de roças. Mesmo sem pousar na área e sem conversar com os índios, o Ibama multou o CTI por desmatamento ilegal. Ignorou o direito dos índios de desmatar para desenvolver suas tradicionais culturas de subsistência, direito que teriam, aliás, se resolvessem abrir pista de pouso no local, de difícil acesso.

Curiosamente, esta orquestra burocrática não compareceu para combater a ação sabidamente ilegal dos garimpeiros que, aliás, prossegue em outras regiões do Estado. Mas provocou enorme confusão inquisitória, como se o garimpo dos Waiápi, legalmente admitido pelo Estatuto do Índio, fosse garimpo do CTI e como se o projeto de recuperação de áreas degradadas fosse um projeto de mineração, como se a roça fosse pista de supersônico, como se os índios fossem uns idiotas.

Os Waiápi estão mobilizados. Reagiram contra a Funai local, deslocaram-se para Brasília para denunciar a orquestra e convocaram as autoridades responsáveis para uma reunião na sua área para discutir a continuidade dos seus projetos. Contam com o apoio integral do governo do Amapá, que tem lhes dado um apoio consistente em todas as áreas, como em saúde e educação e liberando recursos para os projetos e tratando-os com o respeito que vem faltando da parte dos órgãos federais. Querem a demissão dos funcionários locais, inclusive do administrador regional da Funai. ☒

MEMORIAL DO DESCOBRIMENTO SERÁ DENTRO DE TERRA INDÍGENA

JOSÉ AUGUSTO SAMPAIO

Pataxós garantem posse da Coroa Vermelha, mas uso exclusivo dos índios ainda é incerto

No último dia 14 de outubro, o ministro da Justiça, Íris Resende, finalmente assinou Portaria declarando "de posse permanente indígena" a famosa área da Coroa Vermelha, no litoral do município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, local em que aportou a frota do "descobrimento" e onde se realizou a "Primeira Missa no Brasil", hoje ocupado por uma comunidade de cerca de mil índios. Uma vez reconhecida a Terra Indígena e determinada sua demarcação, todos os esforços governamentais se voltarão para a tarefa de "convencer" os Pataxó da necessidade e das vantagens advindas da implantação do "Memorial do Encontro" e seu respectivo Parque, o que merece algumas considerações.

Não há dúvida de que a Terra Indígena é indissociável do fato histórico e do sítio do "descobrimento", o que está na base da sua formação social, subsidiando a "vocaçã" simbólica e econômica da comunidade pataxó que a habita. Desse modo, quaisquer iniciativas voltadas para o "resgate" e a valorização do sentido histórico, cultural e turístico do sítio seriam, em princípio, compatíveis com a destinação constitucional da Terra e com os desejos e os usos, costumes e tradições dos Pataxó.

Do modo como se apresenta, porém, o "Memorial do Encontro" ou "Parque Temático da Coroa Vermelha" é parte de um mega-projeto intitulado "Museu Aberto do Descobrimento", idealizado por uma fundação denominada "Quadrilátero do Descobrimento", quadrilátero esse que delimita uma ampla faixa costeira nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Prado, alvo, nos últimos anos, de grande concentração fundiária de um conjunto de empresas para maciços investimentos em turismo, das quais a fundação seria um "braço cultural", destinado a atrair os investimentos governamentais para a área no contexto da "valorização para o 5º centenário". Tais investimentos, evidentemente, representam um precioso aporte de recursos para seguríssimos retornos em lucros privados, estratégia já plenamente "comprado" pelo governo desde que, em solenidade em Porto Seguro em abril de 1996, o Presidente da República assinou decreto oficializando o projeto do "Museu Aberto".

O projeto do "Memorial" é assinado pelo prestigiado arquiteto Wilson dos Reis Neto e se compõe



Itambé Pataxó, morador da Coroa Vermelha.

de quatro unidades: o "terreiro da cruz", uma grandiosa plataforma de 1000 m², em concreto e granito, a ser erguida no mar, sobre o próprio ilhéu da Coroa Vermelha, base para um monumento encimado por uma "cruz de pau-brasil" e local para grandes cerimônias; a "taba indígena", constituída por "cinco ou seis ocas" a serem construídas segundo "técnicas descritas na carta de Caminha", e que deverão abrigar "peças indígenas", local também destinado a "apresentações públicas dos índios", incluindo "danças típicas"; o "museu do encontro", uma imensa construção destinada a abrigar réplicas das caravelas e outras peças históricas, além de salas de projeção, auditórios etc.; finalmente, um "pátio jesuítico", na verdade um amplo conjunto de lojas articulado a estacionamentos, ao longo da praia.

Alguns questionamentos podem ser levantados: o "terreiro da cruz" não seria uma agressão ambiental aos corais vermelhos que formam o ilhéu? É certo que a iluminação projetada sobre ele alteraria a fauna costeira e a restinga, prejudicando a prática indígena de mariscagem noturna. Tem sentido um verdadeiro centro de convenções para uso de terceiros dentro de uma Terra Indígena?

O principal ponto das discussões, contudo, diz respeito à exploração comercial da área. A Procuradoria da República tem firmado posição de que, legalmente, toda a renda gerada pelo conjunto deve reverter exclusivamente para os Pataxó.

Mais que isso, a vocação e a experiência comerciais da comunidade indígena habilitam as suas duzentas famílias a, com um pouco de treinamento e de supervisão gerencial, assumir a exploração das lojas - destinadas, fundamentalmente, ao comércio de artesanato - e dos equipamentos de alimentação associados ao eventual "pátio-jesuítico".

É claro que tudo isso pode ser equacionado em adequação à destinação constitucional da Terra Indígena e aos projetos dos Pataxó. Contudo, é evidente uma indisfarçável "frustração" da parte dos agentes governamentais empenhados no projeto, muitas vezes explicitada em indagações como: "vamos fazer um investimento tão grande para entregar tudo aos índios?"

José Augusto Sampaio é antropólogo da Associação Nacional de Ação Indígenista (ANAI-Bahia).

BRASÍLIA COMEMORA REDUÇÃO DE MORTES NO TRÂNSITO

HÉLIO FRANCO

Ato de cidadania resultou em controle de velocidade eletrônico para automóveis

Há um ano, no dia 15 de setembro de 1996, 25 mil brasileiros se vestiram de branco e caminharam por uma de suas principais avenidas - o Eixo Rodoviário Sul - para dar a partida numa campanha pela paz no trânsito. Exatamente doze meses depois, a capital federal comemora o resultado mais significativo obtido nas suas vias desde então: em setembro deste ano, Brasília teve o menor número de mortes no trânsito dos últimos dez anos, proporcionalmente ao tamanho da frota de veículos.

Levantamento do Instituto Médico Legal (IML) demonstra que 32 pessoas tornaram-se vítimas fatais do trânsito naquele mês, contra 47 em agosto desse ano. Segundo o diretor do IML, Eduardo Reis, em anos anteriores a média mensal de mortes já chegou a atingir a marca de 90 casos.

Em 1987, 343 mil veículos circulavam pelas vias do Distrito Federal. Hoje, a frota já passa dos 690 mil veículos, e cresce a uma média de 2.500/3.000 por mês, com índice de três veículos per capita. Mesmo assim, a capital brasileira é sete vezes menor do que Tóquio e tem menos carros que Nova York, Berlim, Santiago e Montevideu. Em compensação, supera todas em número de mortos no trânsito. Em 1994, o Distrito Federal atingiu 2,32 mortes por 10 mil habitantes. Todas as demais cidades citadas ficaram na casa de um morto para cada 10 mil pessoas.

Tudo isso, levando-se em consideração que, para efeitos estatísticos, no Brasil contam-se apenas os mortos no local dos acidentes. Nos Estados Unidos, as vítimas são acompanhadas

até um ano depois; no Japão, 30 dias. Aqui, entrou no hospital deixa de ser vítima de trânsito, mesmo que venha a falecer em decorrência das seqüelas do acidente.

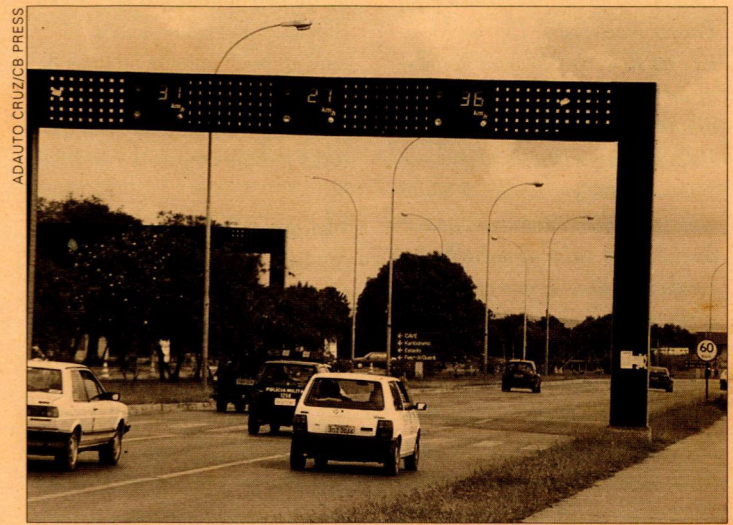
Com relação às demais capitais brasileiras, Brasília também é campeã na guerra do volante. Enquanto São Paulo teve 2,21 mortos para cada 10 mil veículos, Rio de Janeiro, 5,51 e Belo Horizonte, 6,78, Brasília disparou com 11,58 vítimas fatais em 1995, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

CAMINHADA PELA PAZ

Dona de várias e largas avenidas largas, num verdadeiro convite para a velocidade, Brasília resolveu arregaçar as mangas para fugir dessa triste sina. Começou com o maior jornal da cidade - o *Correio Brasileiro*. Pressionado pelo alto número de reclamações dos leitores, cansados de ler todas as segundas-feiras as manchetes sobre mortos no volante, o jornal lançou a Campanha Pela Paz no Trânsito em agosto de 1996, que viria a desembocar na Caminhada Pela Paz no Trânsito, um mês depois.

Brasília foi a segunda cidade do país a adotar a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em qualquer situação - em 1994. Foi também a primeira a criar Escolas Públicas de Trânsito, levando noções básicas aos alunos das redes pública e privada de ensino. As medidas, porém, foram insuficientes para conter as mortes.

O Detran, então, realizou um levantamento sobre a velocidade nos pontos críticos da capital, e os resultados estarreceram os técnicos. "Nós chegamos a registrar a marca dos 158



Radar eletrônico controla velocidade dos veículos no Distrito Federal.

km por hora em vias como a Avenidas das Nações, e até 145 km por hora em pista de imensa circulação de pedestres, como o Eixinho Rodoviário Sul", diz o chefe de gabinete e diretor adjunto do Detran/DF, João Marcos Ribeiro. Segundo ele, a velocidade média nas ruas do Distrito Federal era de 90 km por hora.

PARDAIS

A partir desse levantamento, o Detran iniciou um trabalho de contenção da velocidade, instalando barreiras e radares eletrônicos - os *pardais* - nos pontos críticos, a partir de outubro de 1996. Um ano e 14 ações vencidas na Justiça depois, o Detran conclui até dezembro a instalação de 320 pontos de controle eletrônico em todo o Distrito Federal, e cobra 23 mil multas por mês. Destas, 5 mil são provenientes dos chamados *pardais*, pequenas câmeras fotográficas equipadas com sensores que fotografam as placas dos veículos em velocidade superior à permitida.

PEDESTRE

Outro elemento do trânsito - o pedestre - agora ocupa a atenção do Detran. Em 1996,

51% dos mortos nas ruas eram pedestres. No primeiro semestre deste ano, 97% dos 219 mortos andavam pelas ruas ou calçadas quando foram atingidas pelos mensageiros da morte. O número elevado fez com que o governo resolvesse então adotar outra medida: a obrigatoriedade dos veículos pararem para dar passagem a pedestres que estejam atravessando as ruas nas faixas sinalizadas.

Durante quatro meses - de janeiro a abril deste ano - agentes de trânsito se postaram diante das faixas para coibir os abusos dos motoristas e, em maio, começaram a multar quem não respeita a faixa de pedestre.

O próximo passo do Detran será o combate rigoroso ao uso do álcool e outras drogas. No dia 17 de novembro, será divulgado o resultado da primeira pesquisa nacional sobre efeitos do álcool e drogas nos acidentes. Realizada no Distrito Federal, Bahia, Pernambuco e Paraná, a pesquisa orientará os passos a serem dados para combater o que o diretor do Detran considera o próximo inimigo a ser derrotado nessa guerra diária.

• **Nióbio micado** - A Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) adiou por 120 dias a anunciada licitação dos direitos minerários que detém, incidentes no Parque Nacional do Pico da Neblina e na Reserva Biológica Estadual do Morro dos Seis Lagos. Mas ainda não desistiu de atropelar o Ibama e o órgão ambiental do Amazonas. Insiste em vender a maior mina de nióbio do mundo, apesar do seu baixo valor de mercado, gerando suspeitas de que outros minérios mais valiosos estariam sendo privatizados ao preço do nióbio, avaliado em apenas R\$ 600 mil. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Amazonas e a Procuradoria da República já entraram na Justiça. Se a CPRM insistir, outras ações virão.

• **Detonação geral** - Madeireiros abriram picadas e lotearam a Terra Indígena Trincheira-Bacajá, situada no sul do Pará, para tentar um acordo entre eles que ponha fim aos conflitos armados que estão ocorrendo na região, com mortos e feridos. Milhares de toras de mogno estão sendo ilegalmente extraídas da terra indígena por caminhão. Enquanto isso, a Funai cria uma comissão para formular restrições a projetos de manejo sustentável que venham a ser desenvolvidos pelos próprios índios...

• **Hidrovia Teles Pires-Tapajós** - O Procurador da República em Santarém (PA), Felício Pontes, ingressou com ação civil pública e conseguiu liminar suspendendo a instalação da Hidrovia Teles Pires-Tapajós até que seja concedida autorização pelo Congresso Nacional, uma vez que a hidrovia afetará as terras dos índios Munduruku. A hidrovia é obra prioritária do governo federal, incluída no Plano "Brasil em Ação".

• **Araguaia-Tocantins** - Os índios Karajá da Ilha do Bananal, revoltados por não serem consultados acerca da implantação da hidrovia, seguiram o exemplo dos Xavante e arrancaram as placas de sinalização colocadas pela AHITAR, companhia responsável pela implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, jogando-as no rio.

• **Só usuários diretos** - Políticos do Vale do Ribeira (SP) querem evitar aprovação de projetos de defesa ambiental apresentados ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Vale do Ribeira. A alegação é de que o Comitê só pode aprovar projetos de utilização dos recursos hídricos e não para sua proteção. Resta saber qual será a posição do governo do Estado.

• **Inimigo Público nº 1** - A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou, por 7 votos a 6 (e uma abstenção), o projeto de lei substitutivo do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) que reduz as restrições à ocupação de regiões de Mata Atlântica no país. Por sua atuação, o deputado recebeu da Rede de ONGs da Mata Atlântica o título de Inimigo Público nº 1 da Mata Atlântica.

• **Amazônia Solidária** - Foi publicada no Diário Oficial de 16 de outubro a criação do Programa Amazônia Solidária, cujo objetivo é "promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia". O programa diferencia-se do Comunidade Solidária por não se direcionar a municípios, mas às comunidades extrativistas de borracha nativa. A meta é atender aproximadamente 63.000 seringueiros extrativistas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

• **Linha de Guri** - As lideranças indígenas da região por onde passará a transmissão da Linha de Guri, em Roraima, em reunião dias 18 e 19 de outubro, fizeram uma série de reivindicações, como a recuperação de todas as áreas degradadas em função da construção e instalação das torres e linhas de transmissão; indenização dos bens individuais dos índios atingidos pelas obras; e indenização, em nome da comunidade indígena, sobre a massa florística existente na faixa de segurança (40 metros) calculada por uma comissão de avaliação composta por representantes da Eletronorte, Funai e comunidades indígenas. Estas e outras propostas serão encaminhadas ao presidente da Funai, que visitará o Estado no início de novembro.

• **Subprograma Projetos Demonstrativos**, conhecido como PD/A é parte do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PP-G7, e visa contribuir para a conservação, preservação e o manejo sustentável da Amazônia e da Mata Atlântica, incentivando e aprimorando iniciativas originais das comunidades locais e organizações de base, ONGs e, em menor escala, de órgãos públicos municipais e estaduais, que tenham a participação e integração com as populações locais.

Com início efetivo em abril de 1995, contando com treinamento de comunidades na elaboração de projetos, os primeiros subprojetos foram aprovados pela Comissão Executiva, composta por cinco representantes governamentais e cinco não governamentais (três do Grupo de Trabalho Amazônico-GTA e dois da Rede Mata Atlântica), em agosto daquele ano, e os primeiros recursos liberados a partir de abril de 1996. Dos 405 projetos recebidos e julgados até o momento, totalizando US\$ 89 milhões, foram aprovados 97, sendo 79 na Amazônia, no valor de US\$ 10,3 milhões, e 18 na Mata Atlântica, no valor de US\$ 3,2 milhões. O PD/A, além disso, vem apoiando o GTA e a Rede de ONGs da Mata Atlântica, através de projetos institucionais para o funcionamento de ambos. É o componente do PP-G7 que se encontra em fase mais avançada de execução com recursos provenientes de doações do governo Alemão e da União Européia. Os demais países do G-7 (grupo dos sete países mais industrializados) ainda não contribuíram.

Os subprojetos mais antigos estão completando um ano e meio de execução e agora começam a apresentar os primeiros resultados e atingir as metas propostas. Mas as demais características que precisam apresentar, como o caráter demonstrativo sustentável, o potencial de replicabilidade e a inserção nas políticas públicas, ainda necessitam de mais tempo, talvez mais do que os três anos previstos para cada um deles.

Nos subprojetos da Mata Atlântica pode-se constatar duas linhas claras de ações: uma empreendida pelas entidades da rede PTA, que se caracterizam pela implementação de sistemas agroflorestais, e outra desenvolvida por entidades ditas ambientalistas, que trabalham com mais ênfase na conservação e recuperação de áreas degradadas.

REVISÃO DE MEIO TERMO

Entre o final de agosto e início de setembro, o Banco Mundial empreendeu a primeira missão de supervisão por ocasião da revisão de meio termo do PD/A, que consta de uma avaliação independente executada por quatro consultores e de visitas técnicas e discussões em que participaram tanto membros da equipe do Banco como representantes do MMA, Banco do Brasil, KJW, GTE, PNUD, Comissão Européia, SEAIN, Embaixada da França, GTA e Rede Mata Atlântica.

Considerando os seus objetivos e os resultados que começaram a aparecer, o PD/A é um projeto que, além de ser mantido com as correções necessárias, deve ser ampliado visando sua inserção nas políticas públicas, buscando garantir o seu efeito demonstrativo permanente, com respeito à divisão dos recursos entre a Amazônia e a Mata Atlântica, que até agora foi bem mais favorável ao primeiro bioma. ☐

Renato Cunha é coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia e membro da coordenação da Rede de ONGs da Mata Atlântica.

Desapropriação de reserva pode desacreditar programa de preservação

Criado em 1990 por decreto presidencial, o programa de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) do Ibama vive um bom momento, com franca expansão do número de reservas. Até agosto, já existiam 126 RPPNs em todo o país, e a meta é atingir 150 até o final do ano. No início de agosto, mais duas RPPNs foram criadas na região do Pantanal Matogrossense, aumentando em 60% a área protegida por Unidades de Conservação naquele ecossistema. Tudo indo de vento em popa, se não fosse pelo conflito envolvendo a desapropriação, pela Federação Estadual do Meio Ambiente de Goiás (Femago), dos 800 hectares da RPPN da Fazenda Arruda, em Pirenópolis (GO), município situado a cerca de 150 quilômetros de Brasília.

A Fazenda Arruda é de propriedade da Arquidiocese de Anápolis (GO), e está arrendada pelo Instituto do Patrimônio Natural (IPN), ONG fundada e dirigida pelo ecologista Gorhard Bodens. A RPPN da fazenda foi reconhecida pelo Ibama em 2 de junho de 1995 e, alguns meses depois, Bodens via a Femago anunciar que aquela propriedade, e outras vizinhas, cujos processos de criação de reservas privadas já tramitavam no Ibama, seriam desapropriadas para a criação do Parque Estadual dos Pireneus. Começava aí a via crucis do ecologista, que se arrasta por dois anos e deve chegar a uma conclusão desfavorável.

No último dia 26 de agosto, em reunião na Assembléia Legislativa de Goiás, a Femago anunciou o processo de desapropriação das áreas e criação do parque para o final do ano. Para isso, conta com o aval favorável do próprio Ibama, que depois de enviar técnicos à região emitiu parecer pela criação do parque. Segundo a coordenadora do programa de RPPNs do Ibama, Célia Pereira, o parque foi criado por intermédio da Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987. Além de ter sido promulgada anteriormente à criação da reserva, a lei tem supremacia sobre a portaria do Ibama que reconheceu a RPPN. "Nós não sabíamos da existência dessa lei. Se soubéssemos, não teríamos autorizado a criação da RPPN", diz Célia Pereira.

PAPER PARK

Godhard Bodens, também coordenador da Rede Nacional de Áreas Particulares Protegidas (Renapp), diz que o parque é mais um dos "paper parks" (parques de papel) da Femago, por não existirem de fato. "Em 1987, quando foi sancionada a lei, o artigo 3º determinava que o governo estadual tomaria as providências para delimitar o parque, desapropriar as terras e regulamentar o seu uso ainda naquele ano. Acontece que a lei ficou no papel, caiu no esquecimento, e há dois anos resolveram criar o parque, quando a situação na região é outra", critica.

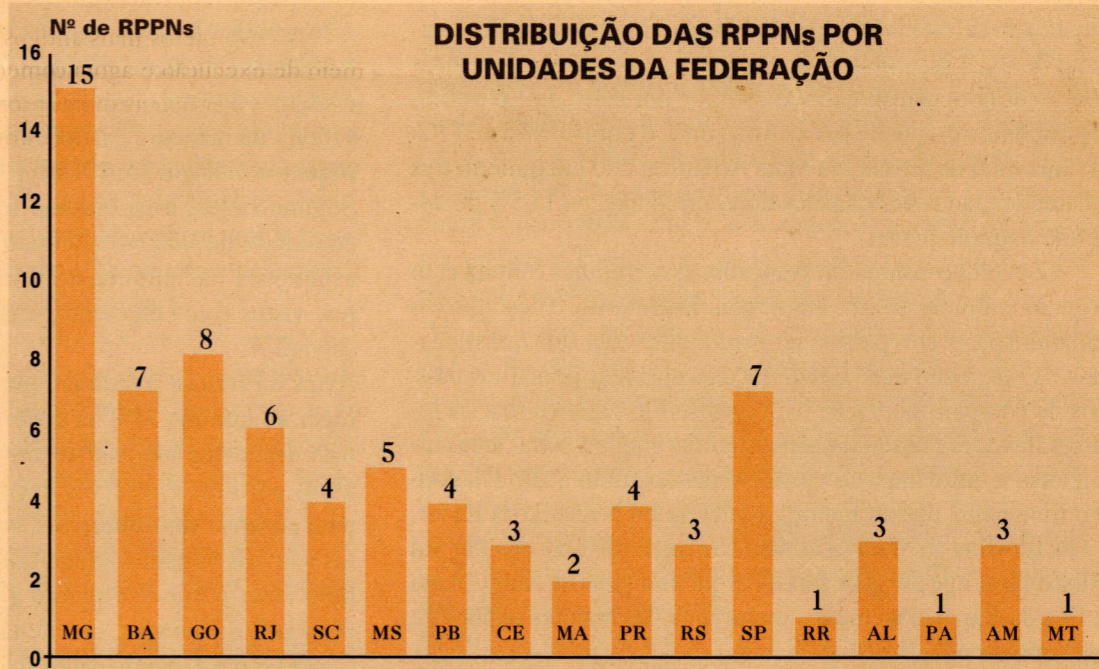
Segundo o presidente do IPN, o Ibama já arquivou um processo de criação de RPPN de um vizinho e indeferiu mais dois, a pedido da

Femago, e uma segunda reserva, a do Morro do Cabeludo, também será desapropriada. "Em março de 1996, propusemos a criação do Sistema de Preservação Ambiental da Região dos Pireneus (SPARP), associando os 2.800 hectares de área prevista do parque a um mosaico de várias RPPNs, somando mais 2.300 hectares, o que geraria uma Área de Proteção Ambiental (APA) com o dobro do tamanho. Na reunião onde a proposta foi apresentada, a Femago concordou. Mas dez dias depois, pediu ao Ibama para impedir a criação de mais RPPNs na região. Agora decidi, unilateralmente, desapropriar as terras", estranha Bodens.

PREOCUPAÇÃO

Caso a desapropriação seja mesmo levada a cabo, o coordenador da Renapp teme que o programa de RPPNs venha a sofrer um duro golpe justo no momento em que vem obtendo mais adesões dos proprietários de terras. "O pessoal está preocupado, especialmente os que estão gastando dinheiro", comenta Bodens, para quem o motivo principal da criação do parque não seria a preservação, mas a exploração política.

Célia Pereira, do Ibama, não concorda com a afirmação de Bodens. Segundo ela, apenas três RPPNs foram revogadas em todos estes anos, ou por não cumprimento do prazo para averbação do acordo em cartório ou pela descaracterização da área. Esse último problema, inclusive, foi



resolvido por intermédio de um decreto de 1996, que instituiu multa e obrigatoriedade de recuperação da área, para que o proprietário não tenha cassada a qualificação.

"Na verdade, nós até preparamos material de divulgação a ser distribuído e assinamos convênio com o Funbio para criação de cinco RPPNs modelo, onde desenvolveremos projetos dentro das destinações permitidas pelo decreto que cria as reservas: ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica", diz a técnica do Ibama, para quem a reação de Bodens é natural. "Um proprietário não quer nunca perder a terra e aí busca mil e uma maneiras de fugir da desapropriação. Mas como a intenção dele é preservar, ele pode ficar tranquilo, porque o parque irá cumprir esse papel", concluiu. ☐

GOVERNO PROPÕE CORREDORES ECOLÓGICOS PARA O PAÍS

MAURA CAMPANILI E HÉLIO FRANCO

Projeto visa a criação de mosaicos de biodiversidade e apoio a Unidades de Conservação

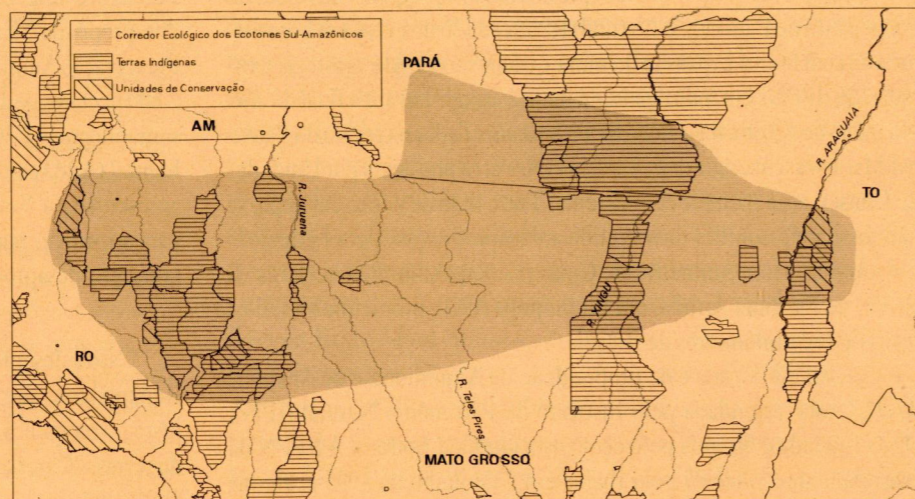
Apresentado por pesquisadores brasileiros para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7), em agosto, por solicitação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA) e do Banco Mundial, o programa de Corredores Ecológicos planejado pelo MMA consiste na criação de sete "corredores", ou grandes zonas de confluência de Unidades de Conservação - cinco na Amazônia e duas na Mata Atlântica - para concentrar esforços e investimentos com o propósito fundamental de preservar a biodiversidade e introduzir o conceito de desenvolvimento sustentado entre as populações regionais. Garantida a alocação de recursos, da ordem de R\$ 50 milhões, o programa poderá começar a ser implantado em julho de 1998.

Nos corredores, seria apoiada a criação de Unidades de Conservação e consolidadas as já existentes, bem como atividades econômicas comunitárias e de proprietários privados com a finalidade de melhorar a ligação entre as unidades, desde o manejo florestal sustentável ao ecoturismo e pesquisas direcionadas. O projeto apresentado se estende por cerca de 1,6 milhão de quilômetros quadrados na Amazônia, o equivalente a 31,9% da área total da região. Na Mata Atlântica, 200 mil quilômetros quadrados são cobertos pelos dois corredores, ou 15,5% do domínio daquele bioma.

Conceito considerado avançado, os corredores contam com o apoio unânime da área ambiental. Entretanto, o desenho e o tamanho propostos para os sete corredores têm sido questionados. "O desenho dos corredores desconsidera princípios básicos de compartimentação e integração bio regional (bacias hidrográficas, regiões homogêneas etc.) e chega a cortar áreas indígenas e unidades de conservação ao meio", diz Clayton Ferreira Lino, diretor técnico do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Um exemplo é o Corredor Sul Amazônico, que deixa de fora o Parque Indígena do Xingu, corta a Ilha do Bananal ao meio e inclui uma das maiores regiões de garimpo do país.

Além disso, os recursos não são suficientes para implantar estes megacorredores. Dos R\$ 50 milhões, R\$ 26 milhões são para a implantação somente do corredor Mamirauá na Amazônia; R\$ 12 milhões são para estudos de outros corredores na região; e R\$ 12 milhões são para a implantação do Corredor Central da Mata Atlântica (Sul da BA, ES e MG).

Durante uma reunião convocada pela Coordenação do PP-G7, dia 3 de outubro, para discutir a última versão da proposta, representantes do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da Rede de ONGs da Mata Atlântica e do Instituto Socioambiental fizeram críticas à proposta, que acreditam foram bem aceitas pelos representantes do Banco Mundial, MMA e Ibama. "Reconhecemos que os consultores tive-



Corredor Sul-Amazônico corta Unidades de Conservação.

IDEALIZADORES QUEREM MUDANÇA DE PARADIGMA

"O projeto tem como objetivo mudar o paradigma das 'ilhas biológicas', identificando 'corredores ecológicos' que abranjam grandes áreas de regiões biologicamente prioritárias na Amazônia e na Mata Atlântica, fortalecendo ao mesmo tempo o sistema de áreas protegidas do país através de modelos inovadores de manejo e gestão", afirmam os idealizadores da proposta, os biólogos José Márcio Ayres e Gustavo da Fonseca. Segundo eles, esse modelo leva em consideração "a necessidade de lidar-se adequadamente com as demandas e aspirações das populações humanas e dos múltiplos atores, vistos como elementos-chave na equação geral da conservação".

Ayres e Fonseca acreditam que os corredores poderiam proteger no mínimo 75% da diversidade da fauna e flora nacionais, desde que adequadamente manejados. "No cenário atual, os parques e reservas existentes não serão suficientes para cumprir seus objetivos, sendo que outras áreas, sujeitas a níveis variados de manejo e uso da terra, devem também fazer parte da equação global da conservação", argumentam os biólogos, coordenadores dos pesquisadores do CNPQ e das Universidades de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB), que elaboraram o Projeto Parques e Reservas do PP-G7.

O trabalho conceitual está concluído e a versão final do Projeto Parques e Reservas foi primeiramente apresentada a órgãos governamentais e não-governamentais em agosto. Em dezembro próximo, uma missão de avaliação do projeto desembarcará no Brasil para cuidar dos últimos detalhes referentes à implantação dos projetos-pilotos, que deverá se iniciar em julho do próximo ano nos corredores Central da Amazônia e Central da Mata Atlântica. O programa receberá financiamentos do GEF do Banco Mundial e de um consórcio de bancos europeus.



Parque Estadual Carlos Botelho, no Vale do Ribeira: dentro do Corredor.

ram coerência em marcar o conceito de corredores, aceito no mundo inteiro, mas não podemos criar a partir do corredor uma estrutura de gestão completamente diferente do que já existe", diz o diretor da Reserva da Biosfera.

Segundo Lino, "deve-se evitar a criação, e gastos, com estruturas de gestão que dupliquem outras já existentes nas áreas onde venham a ser selecionados os corredores a implantar. Ao contrário, deve-se reforçar e apoiar com recursos os sistemas de gestão participativa (comitês de bacia, comitês da Reserva da Biosfera, consórcios intermunicipais e outros)".

MATA ATLÂNTICA

Na região da Mata Atlântica, os problemas são ainda maiores. "Megacorredores só têm sentido na Amazônia, que tem mata contínua. Na Mata Atlântica, o único possível é o da Serra do Mar/Serra Geral (regiões Sul e Sudeste), na Floresta Ombrófila Densa. Mas queremos que seja pensado o bioma Mata Atlântica como um todo", diz o diretor técnico. A consequência disso é a exclusão dos ecossistemas mais ameaçados, como as Florestas Ombrófilas Mistras (Floresta de Araucária) e as Florestas Estacionais Deciduais e Semi Deciduais (do interior do Sul e Sudeste), e quebra de continuidade de corredores ecológicos existentes, como a exclusão de regiões inteiras, como o Nordeste, considerada a mais crítica para a Floresta Ombrófila Densa.

Além disso, Clayton Lino ressalta que, ao privilegiar o corredor central da Mata Atlântica como o único a ser implementado pelo programa nos próximos anos, a proposta reduz o apoio financeiro a apenas 17 Unidades de Conservação, que representam menos de 2,4% das 707 UCs existentes no bioma. "Nessa perspectiva, o projeto perde a oportunidade de otimizar os recursos através de parcerias e corredores menores, que recomponham áreas muito degradadas, como matas ciliares, por exemplo", diz.

Outra recomendação do diretor da Reserva da Biosfera é uma revisão orçamentária, que propicie um maior equilíbrio entre recursos destinados à Mata Atlântica e à Amazônia e entre os sub componentes do projeto, destinando menos recursos para sistema de gestão e consultorias centralizadas e mais recursos para ações concretas de implantação dos corredores e capacitação gerencial dos executores.

A concepção básica do projeto de corredores foi aprovada na 11ª Reunião da Comissão Coordenadora do PP-G7, realizada dia 21 de outubro, em Brasília. "A forma final, porém, vai ser elaborada até o final do ano e deverá incorporar as sugestões da Rede de ONGs e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que irão participar desse processo junto com o Ibama", disse Renato Cunha, da coordenação da Rede.

COLUNA P.O.N.T.O DOC

RICARDO ARNT

LUÍS SEPÚLVEDA, BEST-SELLER AMBIENTAL

Luís Sepúlveda, escritor chileno que vive na Europa, já vendeu 2,5 milhões de romances de temática "ambientalista". Na Itália, no ano passado, cravou seis títulos na lista dos mais vendidos. Todos com frases secas, parágrafos curtos despojados de formalismo, muita ação e pouca psicologia. Uns adoram, outros desprezam. Em Palermo, Sepúlveda recebeu, em setembro, o Prêmio Terra, uma invenção do antropólogo italiano Franco la Cecla para os destaques internacionais da cultura do ambiente. Pude vê-lo distribuindo autógrafos nas ruas.

No Brasil, é quase um desconhecido. A novela *Um Velho que Lia Romances de Amor* (que já deu 36 edições na Espanha), foi lançada pela Editora Ática, em 1993, como "texto paradidático". Segundo o autor, não houve nenhum investimento em promoção. Editoras brasileiras preparam, agora, o lançamento de mais quatro livros.

Sepúlveda é um *best-seller* da literatura ambiental que floresce com ensaios, romances e novelas ricos em paisagens humanas, viagens, aventuras, geografia e ecologia. Um "gênero" que se presumiria fértil no Brasil, dada a presença épica da natureza na identidade brasileira, mas que jaz em descaso (se bem que tenha acabado de sair *A Majestade do Xingu*, de Moacyr Scliar).

O desdém dos escritores brasileiros com a ecologia intriga Sepúlveda. Na Praia de Mondelo, ele repetiu aquele bordão de estrangeiro, "os brasileiros dão as costas ao interior", e disse: "Eu vivo esperando que um escritor como João Ubaldo Ribeiro escreva sobre o mundo em que vivem seus personagens. *Viva o Povo Brasileiro* é um dos melhores livros que eu já li. O Márcio de Souza fez uma história bufa, uma descrição paródica da Amazônia, no *Galvez*. Parece que a realidade física não conta. E as relações entre ecologia e poder, ecologia e civilização?"

"Os brasileiros", sentenciou, "só valorizam o olhar distanciado, de fora, mas não conseguem olhar distanciado a si próprios". "O assassinato de Chico Mendes dava para escrever mil histórias. Perguntei ao Veríssimo, que faz ótimas histórias policiais, porque não escrevia sobre os garimpeiros. Ele retrucou: 'Todo mundo já sabe a respeito e ninguém quer ler sobre isso'. O Jorge Amado, por quem tenho carinho, disse que em vez de me colocar ao lado dos índios eu preferia virar uma espécie de defensor das alfices. Ora, francamente..."

Retruquei, compenetrado, já que essa história conheço de cor, que temos natureza demais, que fazemos qualquer coisa para escapar dela e do seu exotismo, inclusive ignorá-la e destruí-la. "O que me impressiona", continuou ele, "é que, no passado, a natureza foi matriz de apropriações criativas. Onde está a continuidade da literatura de Mário e Oswald de Andrade? Os brasileiros ficam no litoral, de frente para o mar. Não giram 180°. Não olham para trás. Esse boicote intelectual à natureza tem que acabar. O Milton Hatoum é um grande escritor e as pessoas dizem 'mas ele vive isolado, em Manaus'. Os escritores latino-americanos sempre sonham em escrever melhor que os europeus mas nem conseguem ser latino-americanos. Quando o Brasil vai se reconciliar com a Amazônia?"

Incêndios foram detectados pelo satélite NOAA-12 do INPE

Análise dos dados do satélite NOAA indica que as queimadas na Amazônia Brasileira cresceram 28% entre 1996 e 1997. Uma amostra de 41 dias consecutivos em 1996 e 1997 mostra a queimada em crescimento. A amostra foi selecionada a partir dos primeiros 41 dias a partir de 1º de agosto de 1997 para os dados da NOAA-12 que puderam ser obtidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (http://condor.dsa.inpe.br/mapas_que) e dos primeiros 41 dias consecutivos a partir de 1º de agosto de 1996, de modo a criar grupos de dados comparados da estação de queimadas nos dois anos. A ocorrência e distribuição de incêndios são observadas nas anomalias térmicas nos dados dos Radiômetros de Altíssima Resolução (Advanced Very-High Resolution - AVHRR) do satélite NOAA.

Um total de 19.115 incêndios estão reveladas nas imagens do satélite NOAA-12 na amostra de 1996, enquanto 24.549 incêndios aparecem nos dados de 1997, num crescimento de 28% durante o período. O número médio de incêndios por dia cresceu de 446 para 599. O crescimento real por ano pode ser até maior, pois 1997 está mais seco do que 1996 e as queimadas continuam. O INPE ainda não divulgou a análise do desmatamento baseado nas imagens do Landsat Thematic Mapper para 1995 ou 1996. O crescimento de queimadas, contudo, sugere contundentemente que os níveis de desmatamento continuam a aumentar. A mais recente análise de desmatamento, divulgada no ano passado, mostrou que a abertura de clareiras nas florestas aumentou em torno de 34% entre 1991 e 1994, alcan-

çando 14.896 quilômetros quadrados por ano. As queimadas se concentraram principalmente nos estados amazônicos do Mato Grosso e Pará, seguidos por Tocantins, Rondônia e Maranhão. Metade dos incêndios registrados em 1997 foram apenas no Mato Grosso. O estado de Mato Grosso tem sido desde 1992 o beneficiário de um empréstimo do Banco Mundial no valor de US\$ 205 milhões para deter o desmatamento - o Programa de Manejo de Recursos Naturais do Mato Grosso.

DADOS SUBESTIMADOS

Estes dados subestimam o número real de incêndios provavelmente na ordem de sua magnitude, pois o satélite NOAA-12 passa sobre a região da Amazônia à noite, gravando apenas conflagrações maiores e mais duradouras. Incêndios para abrir clareiras na floresta e pastagens começam à luz do dia. Análises preliminares contaram com o satélite NOAA-14, em órbita na região durante o dia e, portanto, registrando totais ainda maiores. O uso dos dados do satélite NOAA-14 para calcular o número de incêndios durante a estação das queimadas foi interrompido pelo governo brasileiro, sob a alegação de que "o sol brilha": o reflexo do sol nas superfícies da água ou na terra durante a estação seca da Amazônia poderia ser registrado incorretamente nos sensores do satélite, inflacionando o número de incêndios.

Enquanto a análise dos dados do satélite NOAA-12 não traz o número real de incêndios, a comparação de dados dos dois anos resultou em uma es-

timativa confiável da mudança das atividades das queimadas.

O número de incêndios não é uma medida direta do novo desmatamento porque a velha pastagem de gado e a floresta secundária são tipicamente queimadas todos os anos, além das derrubadas recentes das florestas para a criação de gado. As queimadas em áreas

de estabilização econômica do Brasil se estabelece e o crescimento progride, a maioria dos observadores têm a expectativa do aumento do desmatamento.

Igualmente importante é que desde 1989 a agência ambiental do Brasil (Ibama) não tem autoridade estatutária para impor uma legislação ambien-

INCÊNDIOS DETECTADOS PELO NOAA-12

	AC	AM	MA	MT	PA	RO	TO	Total
Ago/set 96	20	57	878	8895	5229	1237	2799	19115
Ago/set 97	27	115	1271	12488	7272	1219	2157	24549

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais http://condor.dsa.inpe.br/mapas_que

previamente não abertas para clareiras é uma boa indicação para novos desmatamentos.

Dos 12% a 13% da área florestal da Amazônia aberta para clareira e queimada até o momento, uma área quase do tamanho da Califórnia, somente 12% é cultivada. A maior parte das clareiras é para criação de gado em pastagem. Novas áreas são tipicamente acessíveis para cultivo e agricultura através da construção de estradas para madeireiras, particularmente para extração de mogno.

Sendo o crescimento de 28% das queimadas representativo de um igual crescimento no nível anual de desmatamento, e sendo tal crescimento uma ocorrência em dobro durante os últimos três anos desde 1994, quando os últimos dados sobre desmatamento foram divulgados, o atual índice seria maior que 21.130 quilômetros quadrados por ano registrados pelo INPE entre 1978-1988.

As variações dos índices anuais de desmatamento desde o final dos anos 80 são em parte explicáveis pelos ciclos econômicos. Enquanto o plano

tal. Um relatório recente sobre política florestal da Secretaria de Assuntos Estratégicos, agência nacional de segurança brasileira, concluiu que 80% da madeira produzida na Amazônia é extraída ilegalmente. A agência ambiental arrecada aproximadamente 6,5% das multas aplicadas. O Código Florestal de 1965 especifica penalidades a serem aplicadas pelos cortes, mas falhou em autorizar agências executivas para impor a lei. Isto foi temporariamente retificado pelo poder executivo durante a ditadura militar (Decreto-Lei 289/67) mas sob a Constituição de 1988 este estatuto poderia ter se tornado lei pelo Congresso em 180 dias, mas não foi. Consequentemente, o Ibama não tem o poder para arrecadar multas, apreender madeira roubada ou exercer seu mandato. Portanto, praticamente não existe imposição de lei ambiental na Amazônia. ☒

Stephan Schwartzman é do Environmental Defense Fund e autor de Um Artificio Orgânico: Transição na Amazônia e Ambientalismo, Rocco, 1992.



Paulo Nogueira Neto inaugurou o ambientalismo chapa-branca e o transformou.

Paulo Nogueira Neto foi o primeiro Secretário do Meio Ambiente do Brasil e exerceu o cargo por mais de doze anos, de 1974 a 1986, em plena ditadura militar. Neste período trouxe para a esfera governamental discussões como poluição e desmatamento, conceitos ignorados até então. Enfrentou o descaso, a má-vontade e a falta de recursos no governo. E foi o criador das Áreas de Proteção Ambiental, das Estações Ecológicas e o arquiteto das leis de Política Nacional do Meio Ambiente e Impactos Ambientais.

Estudioso do comportamento das abelhas, trocou a advocacia pela história natural e tornou-se acadêmico e ambientalista. Nogueira Neto é detentor de muitos títulos e cargos: professor titular de Ecologia Geral da Universidade de São Paulo, membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), presidente da Associação do Meio Ambiente de São Paulo e do Conselho de Administração da Cetesb, além de ser vice-presidente da WWF-Brasil e da SOS Mata Atlântica. É também escritor. Está lançando o livro Vida e Criação das Abelhas Indígenas Sem Ferrão.

No Brasil, Nogueira Neto integra o panteão do ambientalismo. Moldado em uma época em que ecologismo significava defender "a flora e a fauna", Nogueira Neto, conta nesta entrevista como esta mentalidade evoluiu para o socio-ambientalismo e como participou da criação do termo mais utilizado atualmente, o desenvolvimento auto-sustentável.

Parabólicas: Quais as lutas que o senhor travou?

A primeira luta foi em 1956, para defender as terras do Pontal do Paranapanema, as mesmas que hoje são disputadas por fazendeiros e sem terras. Eram 150 mil hectares de florestas contínuas ameaçadas por fazendeiros que queriam invadir e realmente invadiram a área, mesmo com a criação, pelo governador Jânio Quadros, de uma Reserva Florestal. Então, eu e um grupo de amigos resolvemos estabelecer "entidades próprias". Mandamos imprimir blocos de papéis diferentes e saímos escrevendo cartas para jornais. Quando um deputado fez um discurso contra um desses "blocos", resolvemos fazer uma organização para valer e registramos a Associação em Defesa da Fauna e da Flora, que existe até hoje. Perdemos o Pontal, mas ganhamos o Morro do Diabo, na mesma região, que foi quase destruído pelo golpe da demarcação. Funcionava assim: alguns fazendeiros declaravam que tinham terras no local e começavam a pagar impostos. Depois paravam de pagar e o Estado tomava a terra, que era colocada em Ação Pública e adquirida legalmente. Quando compraram títulos em Ação Pública do Morro do Diabo, mil pessoas foram lá para invadir. Isso só não aconteceu porque o Renato Costa Lima, secretário da Agricultura, de quem eu era assessor, não deixou entrar e tirou quem estava lá com a Polícia Militar.

Parabólicas: O senhor foi o primeiro Secretário do Meio Ambiente do Brasil. Por que o governo brasileiro resolveu criar a Secretaria? Como foi sua experiência nela durante 12 anos?

O governo federal resolveu estabelecer uma entidade de meio ambiente em consequência da Conferência de Estocolmo, em 72. Fui chamado à Brasília, pelo Henrique Brandão Cavalcanti, secretário geral do Ministério do Interior, para dar minha opinião sobre o Decreto que criava a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Critiquei bastante, mas quando terminei fui convidado a assumir a Secretaria. Mudei para Brasília e me deram uma sala, cinco pessoas e uma verba muito pequena, que não conseguimos gastar toda no primeiro ano. Assim, comecei a dar entrevistas a torto e a direito, pois foi a única forma que encontrei de fazer essa área crescer de importância. Os casos eram resolvidos pontualmente, pois a mentalidade dominante era de que o Brasil era uma espécie de país sitiado, que precisava se defender. Essa mentalidade ficou tão difundida que achavam que o meio ambiente era um perigo, uma maneira dos outros países dominarem o Brasil. Não se falava em desmatamento. Tinham muito medo do controle da poluição. Achavam que se fôssemos combater a poluição não teríamos dinheiro para nos desenvolver.

Parabólicas: O senhor é considerado o maior criador de Unidades de Conservação no Brasil. Como conseguiu?

Quando começamos a estruturar a SEMA, resolvemos fazer uma coisa que não estava prevista, que era defender as áreas naturais. Na época, havia apenas os Parques Nacionais e Reservas Biológicas, que eram responsabilidade do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, mas estavam parados por falta de recursos. Depois de uma visita a Portugal, trouxe a idéia, que já andava no ar, de fazer as APAS - Áreas de Proteção Ambiental. Inventamos também uma coisa nova, que são as Estações Ecológicas, para proteger a natureza, fazer pesquisa e engajar as universidades. Empregamos a maior parte do dinheiro que tínhamos disponível nesses dois programas. Chegamos a ter 120 bolsas de mestrado dentro de Estações Ecológicas. Chegamos a 26 Estações Ecológicas, com cerca de 18 efetivamente implantadas, número que não aumentou depois que saí. Era um programa grande, com 3 milhões e 200 mil hectares. Nessa época, o IBDF não conseguia fazer quase nada. Eles tinha 6 mil pessoas, a maioria no Rio de Janeiro, e nós 350.

Parabólicas: Além das Unidades de Conservação, quais as principais conquistas ambientais do seu período na SEMA?

Em 1981, tivemos um espaço muito grande, com a criação da legislação ambiental que está em vigor, basicamente, até hoje: uma lei das Estações Ecológicas e APAS e uma lei de Política Nacional do Meio Ambiente. Uma para controlar a poluição e outra para proteger áreas naturais.

Parabólicas: O senhor disse que, quando começou, ecologia era só fauna e flora. Quando isso mudou?

A Assembléia das Nações Unidas criou, em 1984, um grupo de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Comissão Brundtland, e eu fui um dos representantes da América Latina. A cada três meses, essa comissão visitava um país e fazíamos uma audiência pública, por região, sobre os problemas ambientais. Foi nessa comissão que surgiu a expressão desenvolvimento auto-sustentável. Nenhum de nós se lembra quem usou primeiro, mas pegou. Fomos a vários países, como Quênia, Zimbábue, União Soviética, Hungria, Noruega, Indonésia e Japão. Para mim, foi um aprendizado enorme, pois vi a importância das questões sociais. Chegamos à conclusão de que se não erradicássemos a miséria não resolveríamos a questão ambiental. Para isso precisávamos de um desenvolvimento auto-sustentável. Agora estamos em outra fase, que é a de criar entrosamento entre as áreas ambiental e social. ☒



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),
Eduardo Viveiros de Castro,
Enrique Svirsky, Minka Bojadsen Capobianco e
Neide Esterici

Secretários-Executivos

João Paulo Capobianco
Marina Kahn (Adjunta)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901

01238-001 São Paulo - SP

tel: 55 11 825-5544

fax: 55 11 825-7861

internet: socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 112

70862-530 Brasília - DF

tel: 55 61 349-5114

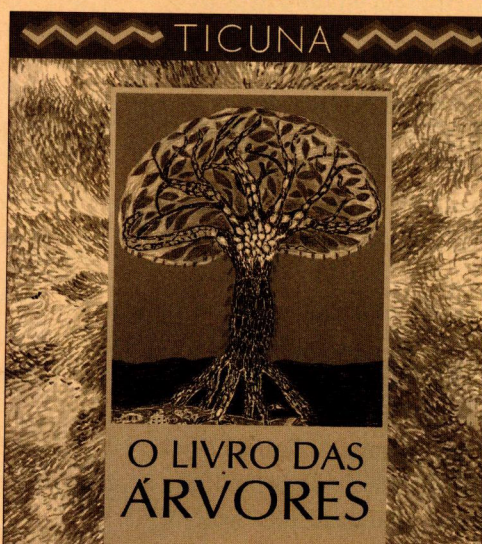
fax: 55 61 274-7608

internet: isadfb@tba.com.br

apoio institucional



ICCO

Livro Ticuna demonstra valor da floresta

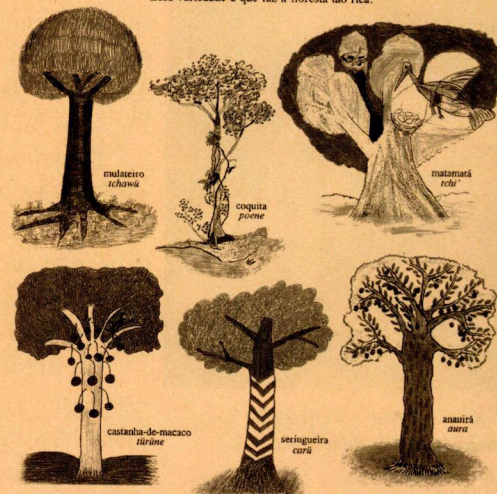
O Livro das Árvores. Jussara Gomes Gruber (organizadora). Organização Geral dos Professores Ticuna Billingües, 1997. R\$ 28,00. A venda no ISA-SP e ISA-BSB.

"A floresta é a coberta da terra". A frase, que abre *O Livro das Árvores*, da Organização Geral dos Professores Ticuna Billingües (OGPTB), resume a importância da floresta para o povo indígena do Alto Solimões. A floresta e todos seus elementos foram retratados em imagens e textos pelos professores indígenas no âmbito do Curso de Formação de Professores Ticuna, como parte do projeto "A natureza segundo os Ticuna". Este material foi trabalhado e transformado em um livro que se destaca pelo requinte gráfico, valorizando a qualidade das ilustrações e a riqueza dos detalhes. Os Ticuna são desenhistas primorosos e o conjunto dos trabalhos forma uma iconografia fina da natureza.

O Livro das Árvores é, antes de mais nada, uma obra de arte. Segundo Jussara Gruber, coordenadora do projeto e organizadora da publicação, o livro "apresenta a intensa e rica relação dos Ticuna com as árvores que formam a floresta". E, embora não se trate "de um livro de botânica, mas de uma memória das árvores", tem espaço garantido em qualquer biblioteca que se proponha a abordar a questão ambiental, em especial da floresta amazônica, pela relevância do conhecimento coletivo que representa. As árvores são retratadas em sua totalidade, pelos aspectos práticos, míticos e simbólicos. Os Ticuna provam que contradizem o ditado que reza que quem vê a floresta não vê a árvore. Mas não é só isso. A inspiração poética está presente, demonstrando o valor que a floresta tem na vida dos índios: "A floresta parece um mapa com muitas linhas e cores. Mas não é para ser recordado".

Com esta publicação, os Ticuna chamam atenção para a necessidade da conservação de um dos recursos mais vulneráveis e, conseqüentemente, mai-

Uma árvore é diferente da outra.
E cada árvore tem sua importância, seu valor.
Essa variedade é que faz a floresta tão rica.



or fonte de conflito com não-índios na região. Ao descrever a floresta sob sua ótica, os Ticuna demonstram consciência dos problemas oriundos da utilização irracional dos recursos florestais, ao mesmo tempo em que vislumbram os caminhos da conservação e utilização equilibrada como ponto fundamental de sua reprodução futura.

A publicação é oportuna porque não só demonstra a capacidade dos próprios índios de estabelecer os mecanismos de sustentabilidade em suas terras, mas também por demonstrar a relevância de sua participação nas discussões sobre o componente ambiental nos processos de identificação e demarcação de terras indígenas. É importante lembrar que os atuais procedimentos administrativos para reconhecimento dessas terras pressupõem o diagnóstico ambiental das áreas em questão. E o saber de domínio coletivo das comunidades tem um papel fundamental nesse mapeamento. ☐

Agenda

• **Seminário Internacional Ciência, Cientistas e a Tolerância.** São Paulo, SP. De 18 a 21/11. Promovido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP e pela Unidade de Tolerância da UNESCO, o seminário integra um debate mundial que vem ocorrendo desde 1993 sobre tolerância e deverá criar, sob coordenação da USP, a "Rede das Américas para a Tolerância e a Solidariedade". Informações: telefones (011) 256-9573 e 846-5506.

• **IV Encontro Nacional de Conforto no Ambiente construído.** Salvador, BA. De 25 a 28/11. O tema central do encontro será "Conforto Ambiental nos seus Aspectos Técnicos, Acústicos e Luminosos". Informações: telefone (071) 331-7033.

• **Curso A Economia da Biodiversidade e da Bioprospecção.** Rio de Janeiro, RJ. De 1º a 12/12. Ministrado pelo professor Joseph Vogel, do Equador. Informações: redcapa@ax.apc.org ou pmay@ax.apc.org.